

**AGROVILA LEONARDO D'VINCI¹, NA TRANSAMAZÔNICA E OS IMPACTOS
FRENTE A CONSTRUÇÃO DA HIDRELÉTRICA BELO MONTE**

**AGROVILLAGE LEONARDO D'VINCI, ON THE TRANSAMAZÔNICA AND
IMPACTS ON THE CONSTRUCTION OF THE BELO MONTE HYDROELECTRIC
PLANT**

Recebido em: 07/03/23

Aceito em: 25/06/2023

Pedro Sérgio Santos da Costa² 

César Martins de Souza³ 

José Antônio Herrera⁴ 

Resumo: O presente artigo busca compreender como uma comunidade rural foi especialmente impactada, direta e indiretamente, pela construção da Usina Hidrelétrica Belo Monte (UHBM) no rio Xingu. Trata-se da Agrovila Leonardo D’Vinci (ALDV), um distrito do município de Vitória do Xingu-PA, localizada a 60 km deste e a 18 quilômetros da cidade de Altamira, no sudoeste do Pará. A partir de entrevistas, leitura de outros estudos sobre a agrovila realizados desde sua fundação, observação do cotidiano da comunidade e documentação sobre o tema, se busca analisar as dinâmicas sociais e memórias da ALDV para compreender transformações, sobretudo na organização social, econômica e espacial que sofreu em decorrência da construção da Hidrelétrica Belo Monte. Esta comunidade (surgida no contexto de um grande projeto desenvolvimentista, a Rodovia Transamazônica, em 1972) nessas últimas quatro décadas não havia experimentado um grau de transformações tão profundas e aceleradas quanto as que ocorreram desde o final do ano de 2012 com a implantação da Usina Hidrelétrica Belo Monte.

Palavras-chave: Amazônia brasileira; Grandes projetos; Hidrelétrica Belo Monte; Agrovila.

Abstract: This article seeks to understand how a rural community was especially impacted, directly and indirectly, by the construction of the Belo Monte Hydroelectric Power Plant (UHBM) on the Xingu River. This is Agrovila Leonardo D’Vinci (ALDV), a district in the municipality of Vitória do Xingu-PA, located 60 km from the latter and 18 km from the city of Altamira, in southwest Pará. Based on interviews, reading of other studies on the agrovillage carried out since its foundation, observation of the community's daily life and documentation on the subject, an attempt is made to analyze the social dynamics and memories of the ALDV in order to understand transformations, especially in the social, economic and spatial organization suffered as a result of the construction of the Belo Monte Hydroelectric Power Plant. This community (which emerged in the context of a

¹ Embora a história do nome da agrovila revele ser uma homenagem ao polímata italiano “Leonardo di Ser Piero da Vinci”, o nome oficial dela é este mesmo: “Leonardo D’Vinci”.

² Doutorando em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia/UFPA, com Mestrado em Linguagens e Saberes da Amazônia/UFPA e Graduado em Letras Língua Portuguesa/UFPA. Email: pedrosergio@ufpa.br

³ Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense. Professor do Programa de Pós-Graduação em Linguagens e Saberes da Amazônia e do Campus de Bragança, ambos da UFPA. E-mail: cesarmartinsouza@gmail.com

⁴ Doutor em Desenvolvimento Econômico, Espaço e Meio Ambiente pela Universidade Estadual de Campinas. Professor Associado I da Universidade Federal do Pará, vinculado a Faculdade de Geografia e ao Programa de Pós-graduação em Geografia - PPGeo / IFCH / UFPA. E-mail: herreraXingu@gmail.com

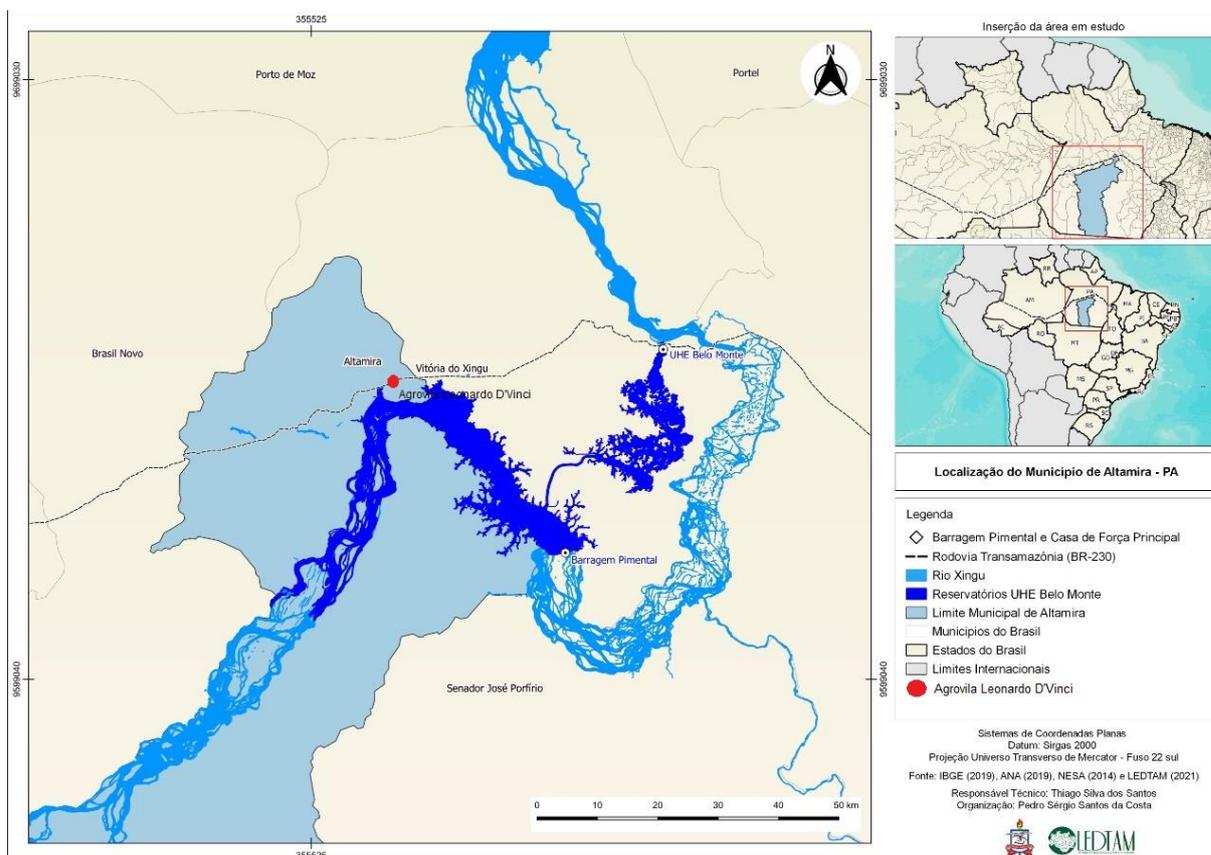
major developmental project, the Transamazônica Highway, in 1972) in the last four decades had not experienced a degree of transformation as profound and accelerated as occurred since the end of 2012 with the Belo Monte Hydroelectric Power Plant that impacted.

Keywords: Brazilian Amazon; Big projects; Belo Monte Hydroelectric; Agrovillage.

INTRODUÇÃO

A Agrovila Leonardo D’Vinci surgiu no contexto de um grande projeto governamental, a rodovia Transamazônica (BR-230), na década de 1970, e foi fortemente atingida por outro, a UHBM, tornando-a, dessa forma, uma espécie de elo sócio-histórico, geográfico e metafórico para pensar as grandes obras de infraestrutura e de exploração das riquezas da Amazônia. Sócio-histórico porque a história de sua sociedade nasce a partir de e com a Transamazônica. Geográfico porque a localização dessa vila é às margens da Rodovia e mais próxima da hidrelétrica que a cidade de Altamira ou Vitória do Xingu como demonstrado no Mapa 01.

MAPA 01: LOCALIZAÇÃO DA AGROVILA LEONARDO D’VINCI E TERRITÓRIOS CIRCUNVIZINHOS



Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

No mesmo sentido essa comunidade se apresenta ainda como elo Metafórico porque sua trajetória de existência surge, desenvolve-se e transforma-se sempre muito rápida, histórica e geograficamente entre a estrada e o rio (Xingu), se reinventando sem nunca deixar de existir enquanto muitas outras desapareceram. Por fim, sua escolha também se deu por acreditarmos que esta vila e este povo delineiam, simbolicamente, modelos do que ocorre com muitos grupos sociais na conjuntura de grandes projetos governamentais desenvolvimentistas na região amazônica.

Os grandes projetos desenvolvimentistas que foram implementados sobretudo a partir da década de 1970, no governo Médici, possuíam, como afirma Souza (2020), um forte apelo propagandístico, para legitimar o regime junto à opinião pública, ao mesmo tempo em que trazia uma agenda de empreendimentos de infraestrutura voltados à potencialização das riquezas da região amazônica.

Foram realizadas diversas incursões a campo tendo em vista observar o cotidiano da agrovila, bem como para entrevistar os moradores, em uma metodologia necessária para compreender processos sincrônicos e diacrônicos de uma comunidade que não aparece com frequência nas narrativas oficiais e que, por esse e outros fatores, não possibilita encontrar facilmente documentos a seu respeito. Foram realizadas doze entrevistas com leodavincianos⁵ e diálogos com mais de vinte outros, contudo embora se constituam em dados fundamentais na construção deste artigo, incluindo as anotações feitas em diário de campo, nem todos os interlocutores têm suas falas presentes diretamente no presente texto, entretanto nortearam a reflexão e sua construção.

Nas falas dos interlocutores foi comum encontrar posicionamentos divergentes em diversos aspectos a respeito dos impactos da UHBM, ora assinalando mudanças positivas, ora negativas. O que foi possível, portanto, compreender e registrar quanto às convicções destes atores em relação à sua realidade atual será tratado a partir de agora. Para entender as transformações da agrovila após as mudanças decorrentes da UHBM, foi fundamental o diálogo com interlocutores como os senhores Maranhão e Catarino⁶ com suas memórias e narrativas acerca de diversos temas que de outra forma não seria possível acessar, uma vez que não conseguimos encontrar nos órgãos públicos e nem mesmo entre atuais

⁵ É um gentílico constantemente usado pelos moradores da ALDV para se autodesignarem como pertencentes à vila e que a partir de agora também usaremos em alguns momentos.

⁶ Todos os nomes de interlocutores presentes neste artigo são fictícios para preservar suas identidades.

lideranças, registros históricos publicados da comunidade.

Até mesmo os moradores que chegaram em períodos mais recentes à agrovila, quando questionados a respeito de suas percepções da realidade atual da vila, quase invariavelmente expunham seus pensamentos comparando-a com o período anterior à Usina Hidrelétrica Belo Monte. Além disso, a impressão geral é que tal equiparação quase sempre veio acompanhada de uma visão da história da comunidade, que associa a urbanização às melhorias nas condições de vida. Não foi incomum pessoas dizendo, para citar um exemplo, que “coisa boa é cidade, gente bem arrumada e com muita loja pra comprar, carros chiques, num são matuto” [sic] (Catarino, 2016)⁷.

No presente artigo se buscou focar o início da efervescência da construção da UHBM e conseqüentemente das migrações de trabalhadores. Mais precisamente o tempo narrativo dos interlocutores se dá entre final de 2012 e meados de 2016, ano em que foram realizadas as entrevistas. Assim, no presente texto se pretende adentrar em muitos desafios e transformações vivenciados pelos moradores da ALDV, quatro décadas após a sua construção, quando foi iniciada a implementação da UHBM, em 2011.

“A GENTE DAQUI PENSOU QUE NÃO IA MAIS PARAR DE CHEGAR GENTE”

A afirmação acima proferida por Cunha, em 2016, líder da Associação de Moradores da Agrovila Leonardo D’Vinci, busca expressar o receio que atingiu os moradores com as bruscas mudanças provocadas pela construção da UHBM e pela conseqüente chegada de centenas de novos moradores em um curto período de tempo.

Em relação a esta problemática, o Bispo Emérito da Diocese do Xingu, D. Erwin Krautler, em diálogo realizado com os autores dessa pesquisa, em 2016, fez uma comparação entre os impactos de duas obras governamentais “faraônicas”, e considera que a rodovia Transamazônica foi bem menos impactante que a UHBM, acreditando que a principal causa é o fato de que “o motivo mais comum que impulsionou a migração dos colonos transamazônicos naquele tempo fora a posse de terra, os operários hidrelétricos vieram por causa de dinheiro” (KRAUTLER, 2016).

Os que vieram na época da grande estrada eram provenientes de todos os lugares, mas em especial do Nordeste e do Sul do país e, tendo isso em mente, quando se olha para o contexto atual da vila o mesmo fenômeno parece estar em curso, porém com a diferença de

⁷Entrevista concedida por Catarino, em 29 de agosto de 2016.

que a massa de trabalhadores que agora ali aporta é proveniente dos mais variados lugares do Brasil:

Olha, aqui quando eu cheguei em dois mil e onze tinha umas duzentas famílias, já em abril de dois mil e quinze tinha mais de oitocentos e trinta casas, dessas casas mais de cinquenta, às vezes, moravam duas e até três famílias alojadas numa só, fui eu mesmo com uma equipe da associação que fizemos a contagem. Hoje [até setembro de 2016], a comunidade tem trezentos e sessenta e cinco famílias [...] tem gente de tudo quanto é canto, goiano, alagoano, mineiro, amazonense, capixaba, tudo misturado. [sic] (CUNHA, 2016).

Nas memórias e nas anotações de Cunha, a população da agrovila não passava de 1200 pessoas até 2012, mas em 2015, no período de maior movimento de trabalhadores da hidrelétrica, chegou a aproximadamente 2500 habitantes cuja grande maioria dos novos moradores era composta de homens solteiros. Até setembro de 2016, após nova conferência foi estimada uma rápida diminuição da população para aproximadamente 1800 pessoas, devido à redução de mão de obra na construção da hidrelétrica, com o cumprimento e etapas da obra.

As memórias do interlocutor são importantes para pensar sobre como ficou a situação de áreas cruciais como educação e saúde daquela comunidade que de repente vê sua população crescer acentuadamente em um curto período, tendo apenas uma escola e uma unidade de saúde. Sobre este tema um funcionário da Escola Leonardo D’Vinci, o professor Ayrton, revelou que a prefeitura realizou obras de infraestrutura no colégio bem como forneceu regularmente transporte, merenda e materiais necessários ao bom andamento das atividades educacionais, durante o auge da construção da UHBM. Segundo relatos dos moradores, antes de 2006 a escola da agrovila era constituída somente por um pavilhão de salas e uma cozinha. Entre 2006 e 2007 a mesma foi ampliada para atender de forma mais adequada às novas demandas, o que foi importante com às novas demandas decorrentes da UHBM.

Contudo, em 2015, se deu nova ampliação e reforma, graças a uma equipe que elaborou um projeto no contexto do Plano de Ações Articuladas (PAR)⁸, e enviou ao MEC que aprovou e providenciou além da reforma e ampliação da escola, a aquisição de um ônibus

⁸ A partir da adesão (por parte dos estados, municípios ou Distrito Federal) ao Programa Plano de Metas Compromisso Todos Pela Educação do Ministério da Educação (MEC), o Plano de Ações Articuladas (PAR), citado pela professora Marinez poderia ser acessível como instrumento de “avaliação e implementação de políticas de melhoria da qualidade da educação, sobretudo da educação básica pública”. Para mais informações acessar: <<http://portal.mec.gov.br/par>>.

escolar, novo mobiliário e equipamentos para o laboratório de informática. Posteriormente, a Norte Energia construiu duas salas onde funcionam a secretaria da escola e o laboratório de informática. Segundo o professor Ayrton houve também o aporte de recursos do MEC para às obras na escola, que atualmente se encontra com a fachada reformada, conforme a imagem abaixo.

IMAGEM 1 - FACHADA DA ENTRADA PRINCIPAL DA ESCOLA



Fonte: Fotografia elaborada por Pedro Costa.

IMAGEM 2 - PÁTIO DA ESCOLA



Fonte: Fotografia elaborada por Pedro Costa.

As imagens de partes da escola são aqui registradas devido à importância que a reforma representa aos moradores da vila: “Um sonho de muitos anos, a população está muito feliz com a escola e tem aluno que vem e nem pra casa quer voltar, ama estar na escola” (AYRTON, 2016). O professor afirma também que “às vezes tínhamos esperança que daria certo outra vez desanimávamos, agora está aí, temos quadra coberta, pátio coberto e bonito e uma sala de informática, tudo de qualidade, mas a gente continua correndo atrás”.

Outra área que experimentou transformações foi a da saúde pública da comunidade. Desde junho de 2015, anexo ao Posto de Saúde funciona 24h um Atendimento de Emergência, inclusive nos finais de semana. Na unidade de saúde permanece um médico de plantão de segunda a sexta-feira e não há necessidade de filas nas madrugadas para se conseguir uma ficha, pois o atendimento é por agendamento. No entanto, os agendamentos são limitados para deixar vagas para pacientes que chegam dos travessões (comunidades contíguas à agrovila, o mesmo que vicinais) que, logicamente, não tiveram como agendar.

A enfermeira Martha, funcionária da Prefeitura na Unidade de Saúde da agrovila frisa que o novo prédio da unidade, inaugurado em junho de 2015, foi construído pela Prefeitura o qual comprou todos os equipamentos, mobiliário, ambulância e instalou telefone e internet. “Aliás”, diz ela, “a ambulância aumentou a quantidade de vitorienses que nascem todo ano. Antes os partos eram todos levados para Altamira e as crianças ficavam filhas de lá, agora com a ambulância as parturientes são levadas para o Hospital de Vitória” (MARTHA, 2016). A servidora não esconde que, em sua opinião, a Norte Energia trouxe melhorias para a cidade, no entanto “a Unidade de Saúde e a Escola foram iniciativas da Prefeitura de Vitória”.

Concernente à reforma e ampliação da escola, do posto de saúde e aquisição da ambulância é curioso notar que a informação do senhor Cunha é ligeiramente diferente, sobre isso ele assevera que essas conquistas foram fruto de requerimento da Associação de Moradores da Agrovila à Norte Energia. O impasse, todavia, talvez possa ser esclarecido a partir do depoimento de uma funcionária da Prefeitura de Vitória, para ela a questão é simples, a Prefeitura recebeu as solicitações da associação, da unidade de saúde e da escola, embora algumas das demandas já estivessem com seu atendimento em curso por meio de parcerias da Prefeitura com a Norte Energia, MEC e Ministério da Saúde além de recursos próprios para realização das obras, compras de veículos, móveis e equipamentos.

A unidade de saúde conta hoje em seu quadro de funcionários com a presença de médicos, odontólogo, enfermeiros, técnicos em enfermagem, psicólogo, assistente social,

motorista, entre outros. Anualmente o posto é avaliado pelo PMAQ⁹ que indica quais os itens que obrigatoriamente devem constar na unidade bem como o corpo técnico, cursos, treinamentos e capacitações dos mesmos. Um cenário bem diferente quando se considera outro tempo na vila :

A SUCAM era a única que vinha aqui de vez em quando, eu uma vez falei com um deles [agente] pra saber se ele podia vim mais vezes e ele me disse que num dava não, porque ele teve que comprar gasolina pra moto e só dava pra vim quando a estrada tava melhor. Ele falou que se eu precisasse de remédio (geralmente para malária) e veneno que eu podia buscar em Altamira que eles davam [sic] (CATARINO, 2016).

Sobre o mesmo tema vale também, mais uma vez, lembrar notadamente as palavras do Bispo Kräuttler, em 2016: “Me lembro que andávamos quilômetros para enterrar defuntos, outros enterravam no quintal, no inverno as estradas eram intrafegáveis [...] os atendimentos médicos e odontológicos eram inexistentes [...] não havia infraestrutura alguma”.

Diante das ações que o governo municipal tem empreendido nos últimos dois anos na agrovila, a avaliação político-administrativa por parte dos moradores parece bastante positiva, uma vez que o nível de confiança de que as melhorias continuarão é manifesta, ainda que indiretamente, por meio de discursos de aprovação durante a entrevista, para citar um exemplo, as palavras de Ayrton e, na sequência, as de Martha:

Aqui antigamente só existia um pavilhão de salas, ar condicionado parecia fantasia, um sonho, no inverno era goteira pra todo lado. Se chovesse era ruim, se fizesse sol era ruim, mas a gente batalhou e permaneceu firme porque a gente gosta do que faz. Quando eu vejo os pais das crianças vindo aqui emocionados eu me renovo, isso não tem preço [sic] (AYRTON, 2016).

Antes da reforma nós trabalhávamos numa casa improvisada com o teto caindo na cabeça da gente, tinha ratos no forro e mofo nas paredes. Olha, eu tenho amor pelo que eu faço, me chamam de chata, mas tem que ser mesmo, eu gosto das pessoas daqui e das outras comunidades próximas daqui, tem que conhecer essa gente, pra gostar tem que chegar perto. Nós estamos muito felizes com as mudanças, tem muita coisa pra melhorar mas já mudou muitas coisas. Nós conseguimos fazer um acompanhamento bem humanizado, não que a gente não fizesse antes só que agora não falta médico, temos farmácia, ambulância e um grupo de funcionários muito aplicado. Tinha uma pessoa que não queria nada aqui, graças a Deus foi embora [sic] (MARTHA, 2016).

⁹ O Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica (PMAQ) é um programa do Ministério da Saúde “que tem como principal objetivo induzir a ampliação do acesso e a melhoria da qualidade da atenção básica, com garantia de um padrão de qualidade comparável nacional, regional e localmente de maneira a permitir maior transparência e efetividade das ações governamentais direcionadas à Atenção Básica em Saúde.” Para mais informações acesse: <<http://dab.saude.gov.br/sistemas/pmaq/faq.php>>.

Não obstante às declarações de aprovação à gestão municipal por parte dos entrevistados, a associação de moradores da comunidade aponta que o gestor tem fechado os olhos para outras áreas, sobretudo a social e a econômica. Assim, excetuando a Associação de Moradores da Agrovila, não foi identificada a presença de mais nenhuma instituição que organize e defenda os direitos e necessidades daquelas pessoas, tais como Conselhos Gestores Locais, Cooperativas e similares.

Atualmente a economia da região no entorno da ALDV, e nela, é condicionada à localização geográfica dos lotes, ou seja, uma economia da faixa¹⁰: os que têm seus lotes nas proximidades da vila e, uma economia rural: os que se estabeleceram em lotes mais distantes. Os que permaneceram morando nos lotes rurais mais afastados da rodovia o faziam por motivo de dificuldade de descolamento para a agrovila, desse modo passaram a desenvolver, obviamente por força das circunstâncias, estratégias produtivas agropecuárias para a própria manutenção e também para comércio. Os que permaneceram morando na vila possuíam seus lotes rurais nas proximidades da BR-230, portanto acabaram se estabelecendo em seus lotes urbanos (na vila). Em consequência disso muitos não desenvolveram atividades agrícolas ou de criação de animais para comercialização, quando muito, alguns ainda mantiveram (pelo menos até o advento da Usina Hidrelétrica Belo Monte) o cultivo de algumas hortaliças, árvores frutíferas e animais de pequeno porte nos quintais de suas casas urbanas, todavia, apenas para consumo familiar.

Para Velho (1995), a construção da Transamazônica, na década de 1970, buscou consolidar no Brasil um modelo de capitalismo autoritário que busca incentivar a transposição de populações do Nordeste e Sul do país para os recônditos da Amazônia, para o trabalho em culturas já predefinidas, segundo uma política preestabelecida que pensa a região como fornecedora de infraestrutura e matérias-primas para o desenvolvimento de industrialização em outras regiões do país. Assim, o desenho econômico produtivo na agrovila rapidamente passou da agricultura familiar para a monocultura, pautada na progressiva concentração de terras em um lugar que, como afirma, Moran (1978), foi inicialmente pensado para a existência de lotes de cem hectares.

Contudo, progressivamente a diversidade da agricultura familiar foi sendo substituída pela monocultura do cacau e pela pecuária, ficando as plantações de milho, arroz e feijão restritas ao consumo familiar. A cultura do cacau se destaca na Transamazônica a partir de

¹⁰ Faixa é um nome popular dado à Rodovia Transamazônica.

investimentos em tecnologias e da ação de diversos órgãos públicos, inclusive federais como a Comissão Executiva do Plano da Agricultura Cacaueira (CEPLAC) que fornecem apoio técnico para a produção crescente da região, voltada sobretudo para a agroecologia orgânica que exporta amêndoa seca de cacau para diversos países (ROCHA; CARVALHO, 2015).

A economia da agrovila, apesar da crescente urbanização que tem sofrido, é predominantemente voltada para as atividades rurais como plantio de cacau (*Theobroma cacao*), feijão (*Phaseolus vulgaris*), arroz (*Oryza sativa*) e milho (*Zea mays*) e da pecuária leiteira e de corte, em menor escala. Há moradores que vivem de trabalhos tipicamente urbanos como emprego em comércios locais, em Altamira ou Vitória do Xingu, no setor público municipal na escola da agrovila ou na unidade de saúde, na prestação de serviços de pedreiro e serventes e ainda como vendedores ambulantes nas ruas da agrovila.

Havia ainda outro meio de sustento que, aliás, era um dos principais da comunidade economicamente ativa, referimo-nos aos empregos e suas diversas atividades em fazendas vizinhas. Este ofício, por sinal, foi um dos principais meios de auferir sustento executado durante três décadas por um dos nossos principais interlocutores, o senhor Maranhão, e também por boa parte das famílias que ali ainda residem.

Os trabalhos em fazendas vizinhas é um fenômeno social que, segundo Moran (1978) ocorre em função da constante concentração de terra nas agrovilas da Transamazônica, pois as condições financeiras desiguais dos migrantes teriam levado muitos a venderem parte de suas propriedades, passando a depender de trabalhos em terras alheias. Martins de Souza *et al* (2019), em seu estudo sobre a agrovila Princesa do Xingu, localizada em Altamira, se deparam com este mesmo processo de perdas de propriedades que empurrou agricultores para o trabalho em comércios e/ou em fazendas vizinhas. Os empregos em fazendas vizinhas à agrovila eram uma das principais estratégias de ganho de renda das famílias locais, sendo que desde o início da construção da UHBM, o trabalho nas empresas construtoras da usina, bem como para suas prestadoras de serviço e/ou subsidiárias tornou-se a principal fonte financeira dos últimos quatro anos dos trabalhadores da região, incluindo a agrovila.

DA AGRICULTURA AO MERCADO IMOBILIÁRIO PÓS-BELO MONTE

Os corolários *econômicos* foram pelo menos três principais entre diversos secundários: primeiro, abandono dos empregos nas fazendas avizinhas da região; segundo, abandono do cultivo e criação de subsistência nos quintais dos lotes urbanos e por último, contração de dívidas:

Aqui não tinha muito dinheiro, mas sempre tinha um serviço pro cabra trabalhar e tirar o sustento. Tinha umas vinte fazendas que empregava cada uma pelo menos uns quinze ou vinte trabalhador. O pessoal trabalhava roçando pasto, fazendo cerca, nos currais, com gado e outras coisas de fazenda, mas aí quando veio a barragem o pessoal saiu do serviço e foi trabalhar na barragem. O problema é que a maioria já foi mandada embora e agora ficou sem poder voltar pro emprego de antes [sic] (CUNHA, 2016).

Cunha relata ainda que muita gente que antes da usina tinha uma pequena plantação no quintal com hortaliças, pomares, raízes e ainda criação de pequenos animais, abandonou tudo e no lugar passou a construir imóveis contraindo empréstimos bancários na esperança de ir pagando com o aluguel¹¹ destes. A visão dos que se lançaram nessa empreitada estava firmada na esperança de que o bom movimento de forasteiros inquilinos na vila, e de igual modo de seus novos empregos, durariam até 2019 uma vez que era este o prazo para o término das obras. Entrava em cena uma nova dinâmica socioeconômica na comunidade na qual mudaria não somente os terrenos das suas casas urbanas, como a feição urbana, relações sociais, comerciais. De repente, do meio de agricultores, pecuaristas e peões de fazendas surgiam construtores e especuladores imobiliários. Exemplo visual do contraste urbanísticas entre o antes e depois da hidrelétrica podem ser conferidas na imagem 3, abaixo:

IMAGEM 3 – LOTE VIZINHO ONDE ANTES HAVIA PLANTAÇÃO E CRIAÇÃO, AGORA EXISTE CASA PARA ALUGAR.



Fonte: Acervo do autor (2018).

Nessa imagem é possível ter um vislumbre do que o senhor Pedro declara, onde antes

¹¹ Embora não tenho conseguido precisar a quantidade exata, o senhor Pedro informa que eram poucos os imóveis alugados até 2011, “acho que não passavam de dez”, porém subitamente houve um surto deste tipo de negócio em 2013 de modo que os aluguéis que antes giravam em torno de R\$ 200,00 passaram para R\$ 1.000,00 e até R\$ 2.000,00. Atualmente (2018), com o desaquecimento dessa especulação imobiliária (por conta do desaceleramento das obras de construção da usina) os aluguéis se encontram entre R\$ 400,00 e R\$ 600.

havia hortas, pomares e criação para autoconsumo agora existem imóveis construídos ou em construção. Uma das estratégias utilizadas para atrair inquilinos era a construção de casas de alvenaria, rebocadas, pintadas, com piso de cerâmica entre outras comodidades que muitas vezes não existem na casa do proprietário do imóvel a ser alugado. Em geral as casas ou cômodos para alugar eram construídos em anexo ou ao lado da casa do proprietário como pode ser visto na imagem “3”, na qual percebe-se que a residência do proprietário é o imóvel sem reboco ao lado da casa, branca, destinada para aluguel. A urbanização desordenada exercendo pressão sobre as agrovilas e outras propriedades no campo é um dos recorrentes impactos provocados pela UHBM, como analisam Freire *et al* (2018).

Havia a crença, relatada por Cunha, de que os “investimentos teriam retorno garantido”, ainda que não se considerasse que, com o avanço das obras, a UHBM, requeria gradativamente menor contingente de mão de obra, o que impactava diretamente nos possíveis ganhos com aluguéis, devido a diminuição da demanda. No rol de expectativas dos moradores que buscaram essa alternativa de maior ganho na renda não constava – ao que tudo indica e como talvez não fosse mesmo possível prever - que algo pudesse dar errado. É um processo, como afirmam Silva Júnior & Petit (2017, p. 317) de “radicais transformações nos modos de vida dos trabalhadores rurais, indígenas, quilombolas e ribeirinhos que residem nas proximidades das usinas hidrelétricas ao serem modificadas suas práticas culturais, relações sociais e atividades econômicas”.

Pouco mais de um ano depois, entre dezembro de 2014 e final de 2015 o ritmo das obras de construção da usina foi drasticamente diminuído e com isso as demissões passaram a ocorrer tão rapidamente quanto às admissões. Sem emprego e sem dinheiro os extrabalhadores da hidrelétrica se viram obrigados a ir embora, fato que impactou direta, social e economicamente muitas famílias da agrovila D’Vinci. Os investimentos imobiliários foram feitos sem que o retorno esperado se concretizasse.

Dentre os investidores nesse tipo de empreendimento na ALDV encontram-se pelo menos as seguintes categorias: Moradores da agrovila que possuíam algum dinheiro e construíram casas em parte de seu terreno; Moradores da agrovila que não possuíam capital algum, mas que contraíram empréstimo para construir e alugar; Não moradores (dentre os quais sobressaíam especuladores imobiliários das cidades de Altamira e Vitória do Xingu) que edificaram construções de casas e vilas nos novos bairros criados por iniciativa privada.

Dentre os *inquilinos* destes imóveis encontram-se, em particular, conforme depoimentos dos moradores, os chamados barrageiros (operários que trabalham na construção

de barragens)¹² que pagavam alugueis inflacionados em Altamira e se mudaram para a vila tendo em vista pagar alugueis mais amenos ao passo que dentre estes, havia aqueles que paralelamente providenciavam a aquisição de um ou mais terrenos com vistas a se estabelecer na localidade.

Com o desaquecimento das obras e a demissão de trabalhadores, dentre os quais estavam diversos leodavincianos, muitos dos que antes trabalhavam nas fazendas das redondezas não conseguiram mais retornar, isso aconteceu, em certa medida, em consequência dos fazendeiros vendo-se carentes de mão de obra para os diversos trabalhos pendentes em suas propriedades, acabarem buscando alternativas substitutivas aos trabalhadores agora escassos. Dentre as alternativas priorizou-se a mecanização, ou seja, o uso de máquinas para realização de serviços tais como roçagem e plantio, entre outros. Passou-se ainda a uma priorização e ampliação da pecuária (em detrimento de plantação de cacau - *Theobroma cacao*, Arroz *Oryza sativa* e Feijão *Phaseolus vulgaris*) uma vez que esta atividade exige pouca utilização de trabalho humano, ou seja, buscaram formas de continuar produzindo sem precisar de muitos trabalhadores. Assim a mudança direta de atividades econômicas por parte dos leodavincianos causou uma mudança de atividades econômicas produtivas dos fazendeiros.

Em consequência dessas mudanças produtivas está se estabelecendo rapidamente a prática da monocultura na região, monocultura vegetal, planta-se apenas pasto, e monocultura animal, cria-se apenas gado. Isto em detrimento não somente das outras formas produtivas citadas, mas também em prejuízo direto à prática da agricultura familiar, à diversificação de espécies produtivas e ampliação da dependência de mercado externo quanto a itens antes produzidos na própria região. Situação que favorece o agronegócio, mas modifica profundamente as dinâmicas sociais relacionadas aos saberes locais, provocando, na visão de Bezerra & Herrera (2014), profundas transformações nos territórios rurais e levando a reconstrução de territorialidades dos agricultores.

Com reconstrução de suas territorialidades, os agricultores e agricultoras familiares se viram obrigados a reelaborar suas relações simbólicas com o espaço da agrovila, bem como seus laços familiares e tradições. Para Wanderley (2001) os saberes, relações sociais e territorialidades podem até ser redefinidos com as transformações decorrentes do grande

¹² Termo utilizado intensamente pelos moradores locais para se referirem **pejorativamente** aos migrantes trabalhadores da UHBM e que acabou sendo incorporado por muitos dos próprios operários como denominação de identidade e categoria de trabalho.

capital, contudo, não desaparecem, mas permanecem sob outra lógica

Os moradores, agora sem suas propriedades rurais e sem trabalhos nas fazendas alheias, não só se encontram impedidos de voltar aos seus antigos ofícios como também já não possuem mais o quintal para plantar e criar um mínimo para o sustento familiar, pois neles estão os imóveis que haviam sido construídos para alugar. Como desdobramento da mesma problemática, muitos de seus inquilinos já não se encontram na vila, conquanto, também foram demitidos e sem conseguir outro emprego foram embora. Para completar a rede de efeitos que está sendo gerada restou ainda, em muitos casos, uma dívida junto a bancos nos quais muitos tomaram empréstimo.

Concernente aos casos de especuladores que não eram moradores da agrovila e que investiram em imóveis nas imediações, Cunha (2016) acredita que tiveram prejuízos, mas menores que dos moradores investidores. Ele conta que a associação dos moradores já atendeu famílias com crianças entre um e quatro anos que a mais de dois dias nada tinham para comer. Famílias que por ali residiam a mais de vinte anos partiram para outros lugares em busca de emprego adequado às suas novas habilidades. Uma nova leva de trabalhadores errantes se forma, fazendo lembrar os primeiros anos da comunidade em que as dificuldades e enfrentamentos fizeram muitos deixarem o lugar.

Até 2016 e 2017 ainda era possível ver diversas construções aparentemente em andamento, entretanto, contudo a maioria foi abandonada, como se pode observar em visitas à localidade. Em meio a este cenário econômico que vigora na agrovila deve-se ainda mencionar a situação dos comerciantes locais; basicamente existem na vila um supermercado, três pequenas mercearias, um restaurante e um salão de beleza cujos relatos dos proprietários revelam uma queda de aproximadamente 50% nas vendas, todavia, avaliam ainda permanecer razoável em comparação ao movimento anterior à hidrelétrica.

É ainda oportuno aludir a total ausência de atividades extrativistas como madeira, castanha-do-pará e de atividades industriais e de manufatura. Da mesma forma também não são encontradas oficinas mecânicas, casas lotéricas ou estabelecimentos bancários. Com base nas interlocuções que até aqui se desenvolveram e da observação *in loco* pode-se afirmar que as principais atividades econômicas locais eram o trabalho em fazendas próximas até o início das obras da UHBM.

Outros aspectos que demonstram bem essa problemática são encontrados na observação da reorganização espacial da agrovila e arredores, incluindo sua estrutura urbanística, ecológica e populacional. Entre os movimentos de partidas e chegadas ao

povoado pós-UHBM, o contingente populacional foi crescendo sucessivamente até que em 2011, após 40 anos, havia um total de aproximadamente 1200 pessoas. Todavia, a partir do segundo semestre de 2012 houve um aumento expressivo, alcançando seu pico em 2015, como pode ser novamente conferido pelo relato do senhor Pedro:

Olha, deixa eu lhe dizer uma coisa, aqui quando eu cheguei em dois mil e onze tinha umas duzentas famílias, já em abril de dois mil e quinze tinha mais de oitocentos e trinta casas, dessas casas mais de cinquenta, às vezes, moravam duas e até três famílias alojadas numa só, fui eu mesmo com uma equipe da associação que fizemos a contagem. Hoje (até setembro de 2016), a comunidade tem trezentos e sessenta e cinco famílias (CUNHA, 2016).

Ora, de 200 famílias ou casas, para 830 residências é um aumento superior a 400% em pouco mais de dois anos. E ainda que posteriormente tenha havido um êxodo de 465 famílias já próximo do final de 2015, o aspecto deixado seria o de uma “cidade” parcialmente deserta já que mais 400 casas foram abandonadas. Contudo este não é o caso porque muitas das casas, como já dito, foram construídas nos próprios terrenos onde antes já havia residências dos antigos moradores. Em todo caso o número total de famílias ainda é 54% maior que o quantitativo que havia antes da hidrelétrica, boa parte delas, agora, sem renda habitual. Ao que parece o excesso de número de casas é proporcional à frustração dos moradores, pelo fato de terem conseguido acelerar seus ganhos por um período muito curto de tempo, ao mesmo tempo em que acumularam perdas econômicas devido aos investimentos imobiliários que haviam feito.

Em um breve passeio pela agrovila é possível avistar dois novos bairros que nela surgiram *Parque Xingu* e *Monte Belo* surgidos em 2013. Nas imagens 4 (LESSIO, 2013, p. 60) e 5, pode ser feita uma verificação do antes e depois deste surto populacional por meio das mudanças espaciais surgidas.

IMAGEM 4 - VISTA AÉREA DA AGROVILA EM 2013



Fonte: Lessio (2013).

Anote-se que a configuração espacial da vila é a mesma que a de 1970 acrescida apenas da “Rua Nova”, no alto da imagem. Deve-se notar ainda a pouca quantidade de casas para que se possa perceber a diferença de densidade de moradias já em 2016 a 2018, conforme imagem “5”, a seguir. Em 2013 a área da vila era de 410.333m² conforme área em vermelho (imagem 5), embora tal imagem seja de 2018.

IMAGEM 5 - VISTA AÉREA DA AGROVILA EM 2018



Fonte: Google Earth/Digital Globe Câmera 2.050m 3°1'53'S 52°02'44'157m (2018).

Os dois novos loteamentos cobrem uma área de aproximadamente 752.535m², ou quase duas vezes o tamanho da vila em 2013. A linha amarela, no alto, é a BR-230. Embora a imagem 6, abaixo, mostre os novos bairros com reduzido número de casas, na verificação *in loco* pôde ser notada pelo menos 48 residências em processo de construção, entre poucas

totalmente terminadas. Do lado oeste, Catarino vendeu seu lote rural o qual foi desmatado, loteado e agora abriga uma vila de casas construídas por um comprador não residente na agrovila:

IMAGEM 6 - VILA DE CASAS NO LOTEAMENTO DO LADO OESTE DA
VILA



Fonte: Acervo do Autor.

Por meio de informações da vizinhança apesar das casas serem novas e estarem prontas para habitação, somente duas estão locadas e as demais sequer chegaram a ser alugadas. É importante observar que estes novos bairros surgiram por iniciativa de investidores particulares e de imobiliárias desconhecidas da comunidade e que, ao contrário das vias centrais da vila, não possuíam inicialmente calçamento, água encanada, tratamento de esgoto e iluminação pública, excetuando o Parque Xingu, quanto ao último item e a vila de casas da imagem 5.

A INFRAESTRUTURA DA ALDV PÓS-UHBM

Quanto à infraestrutura, entre 2013 e 2014 as vias principais da agrovila receberam obras de saneamento básico, asfalto e meio fio, a partir de investimentos feitos pela empresa público-privada Norte Energia. Por outro lado, segundo a Associação dos Moradores da ALDV, o posteamento com rede elétrica e iluminação pública e ainda antenas para telefonia móvel e internet foram instalados posteriormente. A Associação esclarece que o posteamento e iluminação pública existentes são frutos de uma parceria entre a associação de moradores e a Casa de Governo do Estado do Pará, em Altamira, que conjuntamente elaboraram e

224

DOI: <https://doi.org/10.56579/rei.v5i3.484>

enviaram um projeto para Brasília-DF. Ademais, conseguiram nada menos que 60 quilômetros de rede elétrica instalada no primeiro semestre de 2014. Até aquele ano a estrutura instalada de postes, cabos e iluminação provinha da antiga instalação da época da colonização da Transamazônica, na década de 1970, contudo, segundo os moradores, o fornecimento de energia elétrica ocorreu somente quando foi feita a extensão das Linhas de Transmissão da Hidrelétrica de Tucuruí-PA em direção ao Oeste do Pará, em 1998.

Por sua vez, as antenas para telefonia móvel foram iniciativa da Norte Energia, no entanto, estas apenas replicam o sinal dentro da localidade, a primeira antena de longo alcance que existe na agrovila, bem como as duas primeiras antenas replicadoras de sinal, foram instaladas como resposta a um requerimento feito também pela associação em 2015. Outra conquista da associação diz respeito à água potável de uso comum. Sobre isso, Cunha afirma que na época em que a vila foi fundada, o INCRA construiu uma cisterna (de: 2,5m/largura x 3m/profundidade x 10m/comprimento) em uma nascente de água a pouco mais de 1000 metros da vila, e que até o início do fervedouro populacional a quantidade de água captada era suficiente, mas quando o volume de pessoas aumentou a cisterna secava rapidamente e foi preciso organizar racionamentos diários. Diante dessa situação a Norte Energia foi provocada, por meio de mais um requerimento da associação, a resolver este embaraço. A solução encontrada pela empresa foi a construção de um poço artesiano que, contudo, está inativo uma vez que além da capacidade de fornecimento de água ser de apenas 10.000 litros/dia¹³ esta passou a apresentar-se ferruginosa (ferro sob a forma de bicarbonato ferroso dissolvido em água) sendo imprópria para consumo e limpeza.

IMAGEM 7 - VISÃO AÉREA DA AGROVILA COM DESTAQUE PARA A CAIXA D'ÁGUA, BOMBA E CISTERNAS



¹³ Bem inferior, portanto, a demanda da agrovila atualmente é de 250.000 litros/dia e nos períodos de pico chegou a 400.000 litros/dia.

Fonte: Google Earth / Digital Globe Câmera 2.050m 3°10'51'S 52°03'28'115m

Justifica-se a imagem tendo em vista demonstrar que devido à considerável distância de retirada de água (bomba e cisternas) ao ponto de distribuição (caixa d'água) somada a uma demanda mais que duplicada pelo produto, foram necessários adaptações no fornecimento cuja coleta de recursos foi rateada entre vários moradores e comerciantes causando divergências e conflitos. Ou seja, diante do não financiamento governamental e fracasso da ajuda da Norte Energia, parte da querela se concentrava na dúvida entre cobrar ou não os novos moradores quanto aos gastos com a obra, cuja soma não foi revelada.

Como indicado, o abastecimento de água da agrovila foi uma conquista exclusiva dos próprios moradores, em contrapartida, a manutenção do poço, coube à Prefeitura, que o faz por meio de contrato de prestação de serviços firmado com um morador da agrovila. Cabe registrar que além dos novos bairros que surgiram e da significativa diminuição da agricultura familiar (nos agora inexistentes espaços agricultáveis dos lotes urbanos) para ceder lugar à construção de imóveis para locação, ainda *estava* em franco andamento a substituição material de edificação das casas dos moradores da vila, isto é, as casas que antes eram de madeira até pouco tempo, *estavam* sendo substituídas por alvenaria. As residências de madeira ainda existentes, apenas três delas, são ainda as mesmas do surgimento da vila, as chamadas casas do INCRA, nas palavras dos primeiros migrantes. Os termos “estava” e “estavam” estão assim destacados para esclarecer que com o declínio econômico, muito brevemente discutido na seção pertinente, as construções que se encontravam em andamento cessaram assim que a crise ficou mais forte.

Se é possível afirmar que ganhos foram auferidos no âmbito espacial, ou seja, urbanístico- arquitetônico na Agrovila Leonardo D’Vinci o mesmo não se pode dizer do plano ambiental. Com apenas duas exceções os impactos nesta área, apesar de visíveis, parecem

ocorrer ocultamente à percepção dos moradores. É possível perceber que a soma das áreas desmatadas (dentro destas já estão contidos os lotes demarcados para venda) a leste e a oeste, ou a direita e a esquerda da agrovila é 2,06 vezes maior que a própria vila ou 846.600m², o que equivale a 167,7 campos de futebol. Uma quantidade enorme de desmatamento praticado inutilmente, já que com o arrefecimento da usina o aluguel, venda e construção de imóveis também estagnou.

Freitas (2004), em seus estudos sobre os projetos implantados na Amazônia, considera que estes não consideram às populações da região, mas apenas transformam os territórios amazônicos em palco para exploração do capital nacional com apoio de investimentos públicos, de forma que, no máximo trazem ganhos aparentes por um curto período de tempo para as populações locais e consideráveis impactos socioambientais e econômicos que se estendem por décadas. O autor argumenta que:

Com poucas exceções, a dinâmica imprimida pelos grupos transnacionais e parcerias responsáveis pela implantação e desenvolvimento desses projetos têm deixado um rastro de miséria e desesperança para a maioria das populações urbanas ou interioranas. E com um agravante, todos esses grandes projetos têm recebido investimento público, se não integral, pelo menos parcialmente.

As agências de financiamento, em geral, destacam as vultosas projeções econômicas dos grandes projetos amazônicos e omitem os indicadores sociais decorrentes dos mesmos, precários e humilhantes (FREITAS, 2004, p. 160).

O cenário pós-grandes projetos na Amazônia, analisado por Freitas (2004), se aproxima do quadro que encontramos na ALDV, onde os moradores conseguem algumas melhorias que, contudo, não conseguem mitigar os impactos que sofrem com o empreendimento. Uma das consequências do novo mercado imobiliário na agrovila é que as sobras dos materiais de construção quando não ficam abandonadas no próprio terreno em torno das novas casas, são jogadas em todos os lugares nas vias mais afastadas do centro urbano. Armando, 58 anos, e morador a 14 na comunidade afirmou que alguns na tentativa de minimizar os danos, queimam os entulhos em terrenos mais afastados, mas que tal atitude, por outro lado, muitas vezes acaba provocando incêndios e fumaça que invade a parte habitada da comunidade produzindo transtornos e conflitos.

É nesse sentido que a associação afirma que tem procurado dialogar com a gestão municipal para garantir que o desenvolvimento econômico e social seja feito de maneira sustentável. Uma das conquistas alcançadas a partir destes diálogos foi fazer com que a coleta do lixo doméstico se dê pelo menos três vezes por semana, já que antes era apenas uma.

Armando relatou que no início essa coleta semanal de lixo houve momentos nos quais a comunidade chegou a ficar por até um mês inteiro sem este serviço, a solução, diz ele, “era queimar o lixo no quintal”.

Outra questão na dimensão ambiental fica por conta do tratamento de esgoto. Atualmente, as casas que se encontram lindeiras às vias pavimentadas da agrovila lançam seus dejetos residenciais na tubulação de esgoto que se conecta a uma estação de tratamento construída pela Norte Energia.

Apesar das transformações decorrentes da implementação de um grande projeto na região, não se pode ignorar o fato de que os primeiros moradores buscavam se estabelecer em um espaço pensado para a produção e vivência do campo, marcado por ruralidades. Sobretudo, deve-se esclarecer o que aqui se entende quando se emprega o termo *rural*. Wanderley (2001) considera o rural como um modo particular de utilização do espaço e da vida social que requer para seu estudo a compreensão dos contornos, especificidades e suas representações como espaço, como um lugar onde se vive e vê o mundo. A compreensão das transformações ocorridas em D’Vinci deve levar em consideração, entre outras coisas, primeiramente que este espaço é uma comunidade do campo, impactada por padrões urbanocêntricos, devido a implementação de um grande projeto desenvolvimentista.

As práticas sociais e econômicas dos moradores atingidos por um grande projeto na Amazônia, na visão de Freitas (2004), tendem a passar por processos de profundas transformações no cotidiano, impactando diretamente às vidas das populações e também a organização das comunidades, como ocorre na Agrovila Leonardo D’Vinci, em decorrência da construção da Hidrelétrica Belo Monte.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um dos motivos, para as transformações do cotidiano leodavinciano foi o rápido aumento populacional em direção à vila, devido o acelerado processo de chegada de novos moradores, a partir de um modelo migratório que é bem próprio do que ocorre a mais de quatro décadas na região amazônica (FREITAS, 2004). As transformações apresentadas na ALDV possuem relações com a implementação de políticas desenvolvimentistas no século XXI, que provocaram profundos impactos na agrovila e a reinvenção do cotidiano dos moradores, transformando suas dinâmicas sociais e econômicas.

Contudo, os impactos levaram os moradores da agrovila, a uma intensificação de sua própria organização, participação e resistência, em busca de benefícios e reparações estruturais, na defesa de seus direitos coletivos e individuais. A construção da Usina Hidrelétrica Belo Monte foi realmente o objeto de grande atração de pessoas à ALDV devido, sobretudo, a logística de deslocamento e preços de alugueis e insumos que na cidade de Altamira encontravam-se encarecidos devido ao grande fluxo de pessoas. Também foi essa construção que fomentou a mudança de atitude dos moradores dessa vila quanto aos seus modos de auferir o sustento familiar.

Nesse sentido, a ALDV nos parece simbolizar os cíclicos movimentos das regiões do Rio Xingu e Transamazônica, nos quais de tempos em tempos são “visitadas” por grandes projetos que vão e vêm quase sempre da mesma forma e com os mesmos objetivos. Diante desse cenário os leodavincianos buscam um enfrentamento aos problemas que vivenciam e têm tentado reinventar um novo cotidiano dentro de uma conjuntura onde muitas mudanças se afirmam como profundas e que levam transformações talvez perenes em suas vidas.

REFERÊNCIAS

ARMANDO. Entrevista concedida, em Vitória do Xingu, em 16 de setembro de 2016.

AYRTON. Entrevista concedida em Vitória do Xingu-PA, em 09 de setembro de 2016.

BEZERRA, T. S. L.; HERRERA, J. A. . **As múltiplas transformações no território afetado pelo Empreendimento Hidrelétrico Belo Monte, na Amazônia Paraense**. 2014. Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará (IHGP), Belém, v. 04, n. 01, p. 267-278, jan./jun. 2017. Disponível em: <http://www.ihgp.net.br/revista/index.php/revista/article/view/92>. Acesso em: 24 ago 2018.

CATARINO. Entrevista concedida em Vitória do Xingu-PA, em 29 de agosto de 2016.

CUNHA. Presidente da Associação de Moradores e Prestador de serviços à Prefeitura de Vitória na agrovila. Entrevista concedida em 15 de setembro de 2016.

FREIRE, Luciana Martins; LIMA, Joselito Santiago de; SILVA, Edson Vicente da. Belo Monte: fatos e impactos envolvidos na implantação da usina hidrelétrica na região Amazônica Paraense. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, v. 30, n. 3, 2018, p. 18-41. Disponível em <https://www.redalyc.org/journal/3213/321363060002/321363060002.pdf>. Acesso em: 10 jan.23.

FREITAS, Marcílio de. **Amazônia e desenvolvimento sustentável**: um diálogo que todos os brasileiros deveriam conhecer. Petrópolis: Vozes, 2004.

KRÄUTLER, Erwim. Entrevista concedida em Altamira-PA, em 17 de setembro de 2016.

LESSIO, Thaís Lopes. **Leonardo da Vinci, Pará**: um olhar sobre a ocupação territorial na rodovia Transamazônica. Trabalho Final de Graduação. Universidade de São Paulo-Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, 2013.

MARTHA. Entrevista concedida em 14 de setembro de 2016.

MARTINS DE SOUZA, César; SANTANA, Nelivaldo Cardoso; AMORIM, Edilane Bezerra. Píncesa do Xingu-PA: educação, sociabilidade e impactos sociais em uma agrovila da Amazônia. **Interespaço**, Grajaú-MA, v. 5, n. 18, 2019, p. 1-18. Disponível em <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/interespaço/article/view/15721>. Acesso em: 21 fev. 2023.

MORAN, Emílio F.; FLEMING-MORAN, Millicent. O Surgimento de classes sociais numa sociedade planejada para ser igualitária. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, Belém, n. 69, p. 1-38, 1978.

ROCHA, Carla; CARVALHO, Thaise Rocha de. Práticas orgânicas de agricultores familiares de cooperativas da região da rodovia Transamazônica, Sudoeste do Pará. **Cadernos de Agroecologia - Anais do XI Congresso Brasileiro de Agroecologia**, São Cristóvão-SE, v. 15, no 2, 2020, p. 1-6. Disponível em <http://cadernos.aba-agroecologia.org.br/cadernos/article/view/2778/3470>. Acesso em: 20 fev. 2023.

SILVA JÚNIOR, Cícero Pereira da; PETIT, Pere. Hidrelétricas na Amazônia: impactos energéticos, sociais e ambientais. In: PEREIRA, Airton dos Reis; ANJOS, Hildete Pereira dos; SILVA, Idelma Santiago da; RIBEIRO, Nilsa Brito. **Culturas e dinâmicas sociais na Amazônia Oriental brasileira**. Belém: Pakatatu, 2017, p. 307-332.

SOUZA, Matilde (2020). Transamazônica: integrar para não entregar. **Nova Revista Amazônica**, v. VIII, n. 1 (133-152). Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/nra/article/view/8624>. Acesso em: 28 fev. 2023

VELHO, Otávio. **Capitalismo autoritário e campesinato**. Rio de Janeiro: Difel. 1995.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas: o “rural” como espaço singular e ator coletivo. **Revista Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 15, p. 69-129, 2001. Disponível em: <https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/178>. Acesso em 26 set. 2018.